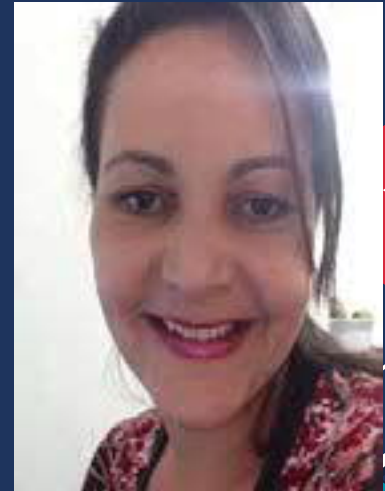


UM BREVE CONTEXTO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL



ROBERTA DA COSTA

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Faculdade de Interlagos Educação e Cultura (2010); Professora de Educação Infantil no CEI Onadyr Marcondes e Emer Jardim Maria Luiza, na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O presente artigo pretende analisar algumas produções sobre o ensino de História no Brasil, desde os anos mil e oitocentos até períodos atuais, nos quais nos mostram que o ensino de história, bem como a disciplina sempre tiveram funções políticas e de criar mentalidades convenientes aos sistemas políticos de determinadas épocas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Metodologias; Conteúdos.

INTRODUÇÃO

O diálogo entre o ensino de História e o conhecimento científico redimensiona a importância social da área na formação do estudante, sinalizando e fundamentando a possibilidade de estudo e atividade que valorizem a atitude intelectual do aluno no desenvolvimento e envolvimento em trabalhos que favoreçam sua autonomia para aprender.

Nesse contexto, o estudo histórico desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e o mundo social. Nesse sentido, o ensino de História poderá fazer escolha pedagógica capaz de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com a problemática histórica inerente ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.

HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

O ensino de História por muito tempo era para ensinar os estudantes a exaltar os grandes heróis nacionais do passado e os feitos políticos, como forma de garantir a existência do estado nação. Porém, quando os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, e abriram as primeiras escolas de ler e escrever, o ensino de História era feito por meio de textos sagrados com visões bíblicas com o propósito somente de ensinar a ler e escrever.

A História é marcada pela convivência da História Sagrada, que tinha o mesmo estatuto de historicidade com a História Universal Civil, ambas voltadas para a formação moral do estudante, fornecendo bases para uma formação cristã.

Em 1837, com a vinda da família real para o Brasil surge o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, o ensino de História passou a ter presença obrigatória no currículo.

No ano de 1838 foi criado o Instituto Histórico, onde o ensino era pautado pela questão da identidade nacional, o ensino de História tinha um papel de formar moral e civicamente.

Foi no ano de 1855 que a História do Brasil foi introduzida no ensino secundário, mas ao lado da História Nacional, a História Sagrada também apareceu como matéria constitutiva do programa das escolas elementares como integrante de educação moral e religiosa.

Por décadas o ensino de História foi permeado por escolhas políticas, no Brasil, após a Proclamação da República, em 1889, a construção da identidade do país tornou-se prioridade, as elites tinham de garantir a existência de um estado-nação, escolhendo para ser ensinado aos alunos conteúdos que exaltavam grandes "heróis" nacionais e feitos políticos gloriosos.

Em 1870, com a diminuição da influência política da igreja sobre as questões de Estado, os temas que têm como base os ideais bíblicos foram abolidos do currículo.

O ano de 1920 foi marcado pela abertura de escolas por operários anarquistas de São Paulo e de Porto Alegre, eles tentavam implantar a ótica das lutas sociais para entender a História, nesse período a História era explicada por meio das lutas sociais e não pela construção do Estado.

Nesse contexto novas fontes de aprendizagem foram incorporadas com o objetivo de fazer o aluno pensar e não apenas decorar o conteúdo, eram também abordados temas como Revolução Francesa antes do estudo sobre antiguidade quebrando assim o paradigma da linearidade. Porém essas escolas não prevaleceram foram fechadas durante o governo de Artur Bernardes.

Criado em 1934, o primeiro curso superior de História, na USP, a academia nasce com uma com uma visão tradicionalista, reforçando a sucessão de fatos como a linha mestra.

No ano de 1971, o ensino de História deixa de existir e no lugar dela é criada a disciplina de Estudos Sociais, empobrecendo os estudos escolares e ao mesmo tempo a licenciatura na área de História.

O Ministério da educação determina em 1976, que para dar aulas de Estudos Sociais, os pro-

fessores precisam ser formados na área, fechando-se assim as portas para os graduados em História. No ano de 1998, com a publicação do PCNS, são definidos os objetivos da área de História. Entre esses objetivos está o de formar indivíduos de modo que eles se sintam parte da construção do processo histórico.

Em 2003, o Conselho Nacional da Educação determina que a História e a cultura afro-brasileira sejam abordadas em todas as escolas, o que mostra uma iniciativa oficial para desvincular o ensino da visão eurocêntrica.

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS PROPOSTAS CURRICULARES

O ensino de História nos últimos anos diante dos grandes debates e das grandes dificuldades encontradas pelos professores do ensino fundamental em criar uma conexão entre o conhecimento histórico e o saber histórico escolar em torno do ensino dessa disciplina, tem promovido um estudo mais minucioso acerca das propostas curriculares em torno do ensino de História, mas para entender esse processo é necessário rever alguns fatos que antecederam a propostas curriculares.

O Brasil entre nos anos de 1960 e 1970 passou por sério regime militar, e tal não poderia deixar de influenciar na educação, em que o governo é quem escolhia o que se deveria ensinar principalmente no que se refere ao ensino de História e outras disciplinas vinculadas às ciências sociais.

Nesse período algumas faculdades passaram a formar professores licenciados em Estudos Sociais, esses estudos preenchiam os pré-requisitos de aprendizagem apresentando a necessidade da aquisição de noções de conceitos relacionados às Ciências Humanas, o aluno para compreender a realidade social deveria dominar em princípio as noções como o tempo histórico. Mas o desenvolvimento dessas noções limitava-se apenas a atividades de organizações de tempo cronológico e de sucessão de datações, calendários, ordenações temporais e espaciais, sequência passado – presente- futuro.

As transformações ocorridas no período do governo militar não se limitaram apenas aos currículos e métodos de ensino, mas também prejudicou de forma significativa o aproveitamento do setor público escolar devido ao fim do exame de admissão e o ensino obrigatório de oito anos da escola de primeiro grau, com isso as oportunidades de acesso à escola para a maioria da população, deteriorando-se na qualidade do ensino público.

O ensino de História ainda era ministrado por alguns professores com formação específica em História e habilitação para também lecionar Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, esses professores assumiram horários de aulas de Cívica, mas em sala a ensinavam na realidade conteúdos de seu domínio, ou seja, História.

Nos anos de 1970 e 80 a luta dos professores ganhou força devido à associação de historiadores e geógrafos que se uniram a eles com o objetivo de ampliar a batalha pela volta do ensino de História e Geografia aos currículos escolares e a instituição dos cursos de Estudos Sociais.

AS CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL

Temos visto de forma explícita por parte do governo e das instituições um desinteresse pelo estudo das Ciências Humanas e a História por meio da redução das verbas para e bolsas de pesquisas, a nível governamental, sendo a favor do ensino técnico para atender a demanda produtividade industrial, esquecendo-se do valor do trabalho dos historiadores, historiógrafos e dos professores.

Dentro das salas de aula temos percebido que o tempo destinado ao ensino de História é pequeno e tratado de maneira superficial. O conhecimento se baseia em estudos ligados a um passado distante não tendo nenhuma relação com a realidade dos alunos, e se vê claramente que se valorizam mais as ciências exatas, como sendo esta a necessidade principal, para que o aluno tenha um desempenho garantido na sociedade. Esquecendo-se que o ensino de História ligado às Ciências Humanas envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com construção de uma identidade social pelo aluno, relacionando às complexidades inerentes à realidade com que convive.

Mas esse descaso já vem de décadas passadas nos anos 1930, na União Soviética, os manuais de história foram retirados dos estabelecimentos de ensino e os exames desta disciplina acabaram suspensos.

No entanto, sem se ter uma consciência crítica de sua história, nenhuma sociedade pode realizar mudanças radicais.

A História como ciências e manipulação das informações em algumas décadas passadas quem as obtinha era considerado possuidor dos instrumentos do poder, concepção esta errônea que via a Ciência acima das ideologias. Sabemos que toda ciência é julgada até que se prove a sua real eficácia para humanidade e sabemos que ela sempre estará a serviço de uma determinada camada ou fração social, por mais exata que seja.

Particularmente no caso do ensino de História, afirma-se, em tom de crítica, que os alunos sabem menos do que antes, que não se interessam pelos conhecimentos históricos e que não conseguem alcançar os níveis educacionais desejados.

Dessa forma, entendemos que a disciplina de História pode levar à estagnação e a pura e simples memorização acrítica de dados repetidos de forma autônoma como formação de indivíduos interessados em transformar a realidade em que vivem.

Como dizia Voltaire (1958) em seus ensaios: *“A única maneira de impedir os homens de serem absurdos e maus é esclarecê-los”*. Nada melhor que conhecer os atos de seus semelhantes para poder julgar presente e futuro.

Daí a grande importância de mostrar aos alunos que podemos tirar lições duradouras a respeito do comportamento da humanidade como um todo mostrando que o conhecimento do passado possibilita aumentar que o aluno conheça a si mesmo, à medida que conhece outras formas de viver e as diferentes histórias vividas pelas diversas culturas de tempos e espaços diferentes. Conhecer

e relacional, o conhecimento do aluno sobre si mesmo, sobre sua região e seu país aumenta consideravelmente.

A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

No Brasil quando surgiram as primeiras escolas tinham o ensino ligado à igreja católica e principalmente aos jesuítas, sendo esse ensino tradicional da Europa onde se valoriza o latim, a filosofia e a erudição não sendo nem pouco adaptada a nossa realidade, esse ensino era oferecido aos filhos dos dominantes, para que estes ocupassem posições de comando de poder e prestígio.

O ensino religioso ocupava-se com a educação integral do ser humano com seus valores e suas aspirações mais profundas, com o objetivo de cultivar no ser humano as razões mais íntimas e transcendentais. Fortalecendo nele o caráter de cidadão, desenvolvendo seu espírito de participação, oferecendo critérios para a segurança de seus juízos e aprofundando as motivações para a autêntica cidadania.

É neste contexto que o ensino de História aparece e passa ser trabalhada no Brasil na concepção positivista, essa ideologia vinha da Europa e valorizava o documento pois ele falava por si só e a pesquisa, porém, sua atenção era voltada para os aspectos políticos e ignorava os sentimentos dos homens e se esqueciam as razões econômicas que determinam o funcionamento das sociedades e relata os feitos dos grandes heróis, e omitia a participação das maiorias que eram os mais pobres considerados fracos e dos vencidos daqueles que trabalhavam e produzem a riqueza do país, o positivismo não vê o homem como fruto do seu meio e de seu tempo, e se esquece a ligação especial que alguns homens a dirigir outros, deturpa e falsifica a História.

Há alguns anos a História passou a ser elaborada com base em metodologias que privilegiam a interpretação e não a pesquisa, influenciando gerações de trabalhos e que procuram basear-se em Marx, Gramsci, Althusseriano e Castorinas.

Muitos historiadores entenderam que não se pode prescindir tão somente da pesquisa e que os resultados devem ser organizados diferentemente, tendo mais seriedade no processo, fazendo um exame minucioso de dados, como também textos organizados metodologicamente, além de uma lista de datas, fatos e heróis. Porém tais conquistas da ciência histórica de maneira geral não apareceram nos livros didáticos distribuídos nas escolas brasileiras não alcançaram os profissionais de História, Geografia, Moral e Cívica e OSPB.

Com os processos de democratização dos anos 80, os conhecimentos escolares começaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares. Um fato que contribui para essa transformação foi a clientela escolar que era composta por vários grupos sociais que viviam em constante processo de migração do campo para as cidades e entre estados, com acentuado processo de diferenciação econômicas e sociais, forçando mudanças no campo escolar.

Esses grupos sociais tinham hábitos diferentes, pois viviam em contato com as tecnologias de comunicação, como rádio e televisão, e se tornaram canais de informação e de formação cultu-

ral e, com isso, seus filhos tinham uma visão diferente, não podendo assim ignorar essa forma de conhecimento.

Dessa forma, as escolas se confrontavam com uma nova realidade onde a mudança dos métodos de ensino se tornava imprescindível. Forçando o currículo real a mudanças no currículo formal, essas reformas passaram a ser consideradas e discutidas por diversos agentes educacionais preocupados com a organização da escola e do currículo escolar. Com isso, as lutas dos professores se tornaram uma importante voz para a configuração do saber escolar.

Diante deste novo contexto as discussões sobre a volta do ensino de História e da Geografia ao currículo escolar a partir das séries iniciais de escolarização. Essas discussões abriram as portas para os diálogos entre os pesquisadores e os docentes do ensino médio, dentro desse contexto acontece uma extensão significativa dos cursos de pós-graduação em História, em que havia uma presença expressiva dos docentes de primeiro e segundo graus, essa produção acadêmica foi absorvida pela expansão editorial na área do ensino de História e de historiografia.

As propostas curriculares passaram, dessa forma a serem influenciadas por diversas tendências historiográficas, em que os historiadores traziam as discussões das problemáticas e temáticas dos estudos. Sensibilizados por questões ligadas à história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever no ensino fundamental o formalismo da abordagem histórica tradicional.

Duas ideologias contribuíram com o ensino de história a marxista e liberal, nos anos 70, uma análise marxista feita por estudiosos ligados à área de sociologia da educação, possibilitou por meio da dialética, novos estudos sobre o currículo. A ideologia marxista no ensino de história via o ensino e a formação do conhecimento histórico de uma maneira diferente tendo uma visão mais social e crítica a história, para eles o conhecimento é controlado e legitimado como ferramenta das classes dominantes.

A ideologia Liberal tem atuado na área do currículo em particular, e da educação como um todo, na perspectiva de reformas graduais, centralizada nos programas e objetivos de forma bastante utilitarista, apropriando-se da chamada dimensão político-econômica na qual a escola se insere.

As reformulações curriculares que foram iniciadas no processo de redemocratização dos anos 80 tinham uma visão voltada ao atendimento das camadas populares, dando ênfase para uma formação política pressupondo o fortalecimento e a participação em todos os setores sociais no processo democrático, foi também introduzido várias propostas vinculadas aos das políticas liberais, com interesses internacionais.

Com o governo federal alinhado ao modelo liberal, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) comprometeu-se a realizar total reformulação curricular, que abarcasse todos os níveis de escolarização, do infantil ao superior, para atender aos novos pressupostos educacionais. E para os currículos de ensino fundamental os métodos foram elaborados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com pressupostos da psicologia da aprendizagem piagetiana.

O processo de democratização promoveu um deslocamento das indagações sobre o modo de ensino que era introduzido nas escolas, e juntamente com esse processo uma revisão crítica dos

métodos, teorias e conteúdos tradicionais desta disciplina.

Essas discussões colaboraram para o ensino de história nos anos de 1990 para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e elaboração e aplicação do Plano Nacional de Educação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Sobre o ensino de história ficou assim determinado:

Art. 26º da LDB: a) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira; § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e literatura de história brasileira.

Os parâmetros curriculares difundiram que no processo de ensino e aprendizagem os alunos devem ser considerados como participantes ativos do processo de construção do conhecimento, por meio dessa perspectiva o ensino de História significa valorizar as atitudes ativas do aluno como construtor de sua história.

Atualmente, a ideia de currículo é concedida em todas as suas dimensões, distinguindo o currículo formal, criado pelo poder estatal, o currículo real, correspondente ao que efetivamente é realizado na sala de aula por professores e alunos, e o currículo oculto. Constituído por ações que impõem normas e comportamentos vividos nas escolas, mais sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do individualismo, ausência ou valorização do trabalho coletivo.

Dentre as muitas reflexões de estudos recentes incluem ainda o currículo avaliado, que materializa as ações dos professores e das instituições e do Governo ao medirem o domínio dos conteúdos explícitos pelos alunos e incorpora valores não apenas instrucionais, mas também educacionais como habilidades técnicas e práticas da cultura letrada.

A escola, não é apenas um espaço social emancipatório e libertador, mas também é um cenário de socialização da mudança, sendo um ambiente social, tem um duplo currículo de História, o explícito e o formal, o oculto e informal. Dessa forma a prática do currículo é geralmente acentuada na valorização do aluno como cidadão ativo, capaz de interagir na sociedade tendo o direito à participação nos estudos de natureza científica tendo pleno conhecimento e valores que caracterizam este como um ser social.

Ao pensarmos no homem como um ser histórico, refletimos em um currículo que atenderá, em épocas diferentes a interesses, em certo espaço e tempo histórico. De acordo com os currículos mais recentes, os conteúdos escolares correspondem à integração dos vários conhecimentos adquiridos na escola, correspondem também às formas de apresentação de determinado saber escolar, que podem ser por escrito ou pela oralidade, via debates, atividades em grupo, apresentação de peça teatral.

Segundo Kenski (2002), a ação docente na sociedade contemporânea percebe o professor como uma pessoa que em todas as épocas lida com outras pessoas mediando interações comuni-

social, a ele compete a aquisição, reflexão, transmissão de aspectos valorizados pela cultura de certo grupo social em um determinado momento. Como agente de memória, o professor é capaz de realizar interações e intercâmbios entre linguagens, espaços tempos e conhecimentos diferenciados que podem transformar o ensino de História.

Por isso a necessidade de uma reformulação dos métodos e conteúdos em especial do ensino de História e a compreensão que temos da responsabilidade de possibilitar ao indivíduo a ter uma visão analítica e crítica da realidade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve contextualização apresentada sobre a trajetória do ensino de História no Brasil evidencia as mudanças pelas quais a própria concepção do que seja História tem sofrido historicamente, mas revela também permanências que ainda carecem da reflexão científica com o intuito de, por meio da História, contribuir de modo mais significativo para a manutenção da memória social, política, econômica e cultural dos sujeitos. Memória esta que participa da formação da identidade de um grupo e, ao mesmo tempo, contribui para a construção coletiva dos ideais de democracia e liberdade severamente proibidos durante a Ditadura Militar brasileira.

Sobre a histórica temática, o debate ainda está em curso, principalmente com relação às questões sobre o tempo histórico, a revisão de sua dimensão cronológica, a análise das concepções de linearidade e progressividade do processo histórico, bem como as noções de decadência e evolução.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. **Currículos de História e Políticas Públicas: Os programas de história do Brasil na escola secundária.** in. Bitencourt, Circe. (org), **O saber Histórico na sala de aula.** São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

AFONSO, Paulo Zarth (Org.) **Ensino de história e educação.** RS: Ed: Unijuí, 2004.

ALVES, Júlia Falivene. **Porque optamos pela História temática.** São Paulo. Ed. Ceeteps.1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Pau-

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.

CADERNO DO CEDES/ Centro de Estudos Educação Sociedade. **Ensino de História. Consciência histórica, Formação do Professor – Quadrimestral -vol.n.25 (1980).** São Paulo: Cortez, Campinas, Cedes 1980.

KENSKI, Vani Moreira. **O papel do professor na sociedade digital.** In: Castro, Amélia Domingues Carvalho, Anna Monique, Antonio P. PROENÇA e Maria Cândida. **Didática da História: Patrimônio e História local.** 1ª. ed., Lisboa: Texto editora, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MAGALHÃES, M. de S. **Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação de professores.** Tempo, Vol. 11, nº 21, Rio de Janeiro, 2006